



## **Periferia impressa: Uma Análise do jornal Gazeta do Povo<sup>1</sup>**

Dilcélia Maria Bueno de Queiroz<sup>2</sup>  
Dilair Maria de Queiroz<sup>3</sup>  
Elza Aparecida de Oliveira Filha<sup>4</sup>  
Universidade Positivo, Curitiba, PR

### **RESUMO**

A periferia da cidade é, constantemente, excluída do noticiário. Ganhando visibilidade somente em casos de violência e crimes. Esse artigo tem como finalidade detectar a superficialidade com que são tratados os assuntos referentes a essa realidade. Para isso, será analisado a Gazeta do Povo, jornal de maior destaque no estado do Paraná. Levando em conta o poder que o jornalismo tem de criar realidades e representações dentro da sociedade, esse artigo pretende verificar se a exclusão da periferia dos noticiários acarreta a construção de visões distorcidas a cerca dessa realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** gazeta do povo, periferia, representações, teoria do agendamento.

### **INTRODUÇÃO**

Esse artigo tem como tema a representação da periferia curitibana transmitida pelos meios de comunicação. À primeira vista, nota-se que essa região da cidade é excluída do noticiário da capital, tendo visibilidade apenas quando se trata de casos de violência e crimes, nos quais os personagens principais são oriundos dessa realidade. A cultura, o esporte, a economia e as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos moradores desses locais aparecem muito pouco em jornais e revistas. Partindo de teorias que explicam a seleção de notícias e seu processo de elaboração, será discutido se a exclusão dessa parcela da população do noticiário interfere na construção de opiniões deturpadas acerca dessa realidade.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 4, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de graduação 3º semestre do curso de Jornalismo da Universidade Positivo, e-mail: [dilceliabueno@hotmail.com](mailto:dilceliabueno@hotmail.com)

<sup>3</sup> Estudante de Graduação 7º. semestre do curso de Jornalismo da Universidade Positivo, e-mail: [dilarqueiroz@hotmail.com](mailto:dilarqueiroz@hotmail.com)

<sup>4</sup> Orientadora do trabalho. Professora do curso de Jornalismo da Universidade Positivo.



A partir disso, pretende-se analisar a Gazeta do Povo, um jornal cujo público alvo é a classe média alta, para traçarmos um padrão de abordagem das questões da sociedade periférica. Para tanto, serão utilizados dois meses de publicações do jornal, agosto e setembro de 2010, analisando todas as edições diárias.

## **O JORNALISMO COMO CONSTRUÇÃO DA REALIDADE**

O jornalismo exerce uma importante influência social na construção de opiniões e atitudes. Ele ocupa lugar central na vida de todos, ajudando a moldar nosso imaginário, estabelecer prioridades, decidir e descartar opções. Não é exagero dizer que a maior parte do que chamamos de realidade nos chega através dos meios de comunicação.

O jornalismo é uma atividade social que revela dados da realidade e interliga fatos desconexos para uma maior compreensão humana. É uma prática que orienta, instrui e denuncia desmandos e desvios. É um campo que dissemina afirmações, reforça preconceitos, forma opiniões e organiza (ou tenta organizar) o cotidiano das pessoas. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p.18).

Várias são as teorias que tratam de explicar como os meios de comunicação, e em especial o jornalismo, norteiam nosso horizonte de conhecimento sobre determinada realidade. A teoria do agendamento (agenda setting), por exemplo, diz que os acontecimentos publicados em jornais são considerados mais importantes pelos leitores, sendo que a mídia é quem decide qual notícia deve ganhar destaque, e as consideradas de pouca relevância não são transmitidas ao público. A partir disso, os leitores pautam suas conversas em virtude do que é ou não noticiado pela imprensa. “A mídia é a principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens desse acontecimento em nossas mentes. A imprensa funciona como agente modeladora do conhecimento, usando estereótipos como forma simplificada e distorcida de entender a realidade” (LIPPMAN, 1922 apud PENA, 2005, p. 142).

Ao contrário das teorias anteriores, a agenda setting preocupa-se não em analisar o papel da comunicação na mudança de opiniões, mas sim como ela interfere na formação de conceitos acerca do mundo. Essa hipótese, portanto, não defende que a imprensa pretende persuadir. Mas que sua influência trata-se de um produto da própria cultura das organizações de mídia. “As pessoas têm tendência para incluir ou excluir de seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo.” (WOLF, 2002 apud PENA, 2005, p. 144).



Segundo a teoria do agendamento, a mídia tem o poder de ditar sobre o que as pessoas devem pensar, tendo um efeito direto sobre elas. Ela também é eficaz em pautar as agendas públicas. Ou seja, assuntos que têm maior visibilidade nos meios de comunicação passam a fazer parte das discussões públicas e políticas.

Essa influência baseia-se no fato de que os meios de comunicação fornecem conhecimentos e imagens da realidade que transpõem os limites estreitos da experiência pessoal e direta do indivíduo. Portanto, pode-se dizer que a realidade é uma construção social. Essa realidade é apreendida em um processo contínuo de tipificações, de enquadramentos do mundo, que vão se tornando mais anônimos à medida que se distanciam do “aqui e agora” da situação face a face. Nesse processo recorre-se a um estoque social de conhecimento, a um acervo, que fornece os esquemas tipificadores exigidos para as principais rotinas da vida, não somente as tipificações dos outros, mas também os enquadramentos de todas as espécies de acontecimentos e experiências, tanto sociais quanto naturais (PEREIRA, 2004, p.04).

Dessa forma, o jornalismo comporta-se como meio de representação do mundo ou de construção do real. Essa realidade final é fruto de diversos filtros que a classificam, selecionam, moldam e até mesmo distorcem, de forma a torná-la mais atraente ao público. Portanto, a notícia que é veiculada não é totalmente inquestionável, uma vez que é condicionada a fatores que vão desde seu grau de impacto no cotidiano das pessoas (noticiabilidade), rapidez e precisão na apuração, até o interesse que motiva o jornal a publicar tal fato.

Diante da grande quantidade de acontecimentos diários e da inviabilidade de fazer a cobertura de todos eles, faz-se necessário critérios para selecionar quais informações devem virar notícia. Essa seleção leva em consideração fatores como proximidade, disponibilidade do veículo de imprensa, conflito, atualidade, utilidade pública, relevância e importância. Mesmo com tão rigorosa seleção, o jornalismo ainda não é capaz de dar visibilidade a todos os acontecimentos de grande interesse público, isso se deve a fatores como espaço e tempo, aos quais o jornal está condicionado.

Para entender melhor como o jornalismo constrói as representações da realidade, podemos recorrer à Teoria das Representações Sociais. Esse conceito é citado pela primeira vez por Moscovici (1978) a partir da noção de Durkheim de representações coletivas:

Em resumo, a sociedade não é de maneira alguma ser ilógico ou alógico, incoerente e



caprichoso que muito se comprazem em ver nela. Muito pelo contrário, a consciência coletiva é a forma mais elevada da vida psíquica, já que é uma consciência das consciências (DURKHEIM, 1996, p.494 apud PEREIRA 2004, p.9).

Para Moscovici, as sociedades modernas são mais complexas, ele propõe o conceito de representação social como um corpus organizado de conhecimentos: “uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação” (MOSCOVICI, 1978, p.28 apud PEREIRA 2004, p.9).

Essa teoria visa explicar os fenômenos do homem de uma perspectiva da coletividade, sem perder de vista a individualidade, ou seja, como interagem sujeitos e sociedade para construir a realidade. Para Moscovici, práticas mentais como senso comum e ciência são uma forma de representação. Não são realidade, mas um recorte dela. Portanto, é em função das representações (e não necessariamente das realidades) que se movem indivíduos e coletividades.

Resumindo, a preocupação central da Teoria das Representações Sociais é responder por que realmente as pessoas fazem, o que fazem? Por que as pessoas compram, o que compram, votam, se reúnem? Por que as pessoas desempenham determinadas ações e não outras? Segundo a teoria, por detrás dessas ações - e fundamentando as razões pelas quais as pessoas tomam tais atitudes - está uma representação do mundo que não é apenas racional, cognitiva, mas muito mais do que isso: é um conjunto amplo de sentidos criados e partilhados socialmente (PEREIRA, 2004, p.10).

Por fim, essa teoria é um caminho para a compreensão de como o campo jornalístico contribui diariamente para a construção do real. E como esse campo constrói representações de uma sociedade, hábitos, costumes e comportamentos, da cultura e da política.

Dado essa capacidade do jornalismo de dar visibilidade a determinadas realidades, muitas vezes o espaço midiático é utilizado como forma de destacar grupos, visando a manutenção do poder. Por outro lado, recai sobre as minorias um discurso discriminatório e estereotipado, isso quando não são simplesmente excluídas das pautas jornalísticas. A mídia contribui, mais do que qualquer outra instituição, para a consolidação e difusão de estereótipos: “A influência da mídia é admitida na medida em que ajuda a estruturar a imagem da realidade social, a longo prazo, a organizar novos



elementos dessa mesma imagem, a formar opiniões e crenças novas” (PENA, 2005, p.144-145).

## **REPRESENTAÇÕES DA PERIFERIA E DAS FAVELAS NA MÍDIA**

Favelas, mocambos e palafitas estão hoje em um grande número de municípios brasileiros. De 1.269 prefeituras consultadas pelo IBGE para a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (2001), 23% confirmaram a existência de ocupações desse tipo em seu território. O Instituto identifica 16.433 favelas cadastradas no país, com um total de 2.362.708 domicílios. Um número subdimensionado, já que só 13% das administrações municipais que forneceram dados tinham cadastros dessas moradias. É nas cidades grandes que as chamadas “comunidades” proliferam: 70% dos domicílios em favelas estão nas 32 maiores cidades do país. Entre as regiões, a que possui mais residências cadastradas é o Sudeste, com 1,405 milhão distribuídas em 6.106 favelas (RAMOS; PAIVA, 2007, p.78). Em Curitiba, segundo dados do IBGE (2000), 200 mil pessoas vivem em favelas. São 122 comunidades, o que torna a cidade a quinta maior em número de favelas.

Nos últimos dez anos, a população das oito regiões metropolitanas (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre, Curitiba, Recife e Salvador) saltou de 37 para 42 milhões de habitantes. A taxa de crescimento das periferias dessas cidades foi de 30% contra 5% das regiões mais ricas. O índice de homicídios saltou de 30 para 150 por 100.000 habitantes – o que equivale ao padrão colombiano. O crescimento é desordenado e ocorre em velocidade superior à capacidade das autoridades de contê-lo (SECCO; LARISSA, 2001).

Esse cenário de acelerado crescimento urbano, ocorrido principalmente nos últimos 50 anos, exerce impactos no aumento das desigualdades: "Como a urbanização das cidades brasileiras está vinculada ao crescimento econômico, a forma como a sociedade se organiza no espaço é concentradora de renda e excludente" (FERREIRA, 2002). Hoje, as cidades estão cada vez mais fragmentadas pela segregação espacial e crescente violência. Os moradores das favelas e periferias sofrem com necessidades mal atendidas na área da saúde, moradia, emprego e educação.

Essa exclusão é também refletida nos meios de comunicação, nos quais essas regiões e seus moradores são protagonistas de representações parciais, distorcidas e estereotipadas. Ela o faz, por exemplo, nas fotografias, quando apresenta os pobres sempre em piores condições. Para dar entrevista, o intelectual se arruma e tira a foto ao



lado da biblioteca. Não se tira foto de professor sem camisa, de barriga à mostra. Mas, ao retratar os pobres, prefere-se mostrá-los malvestidos, despenteados, cercados por crianças sujas. A mídia não tem pudor em mostrar o pobre em sua pior condição, mas teria se fosse uma pessoa de classe média (RAMOS, PAIVA, 2007).

Outra distorção comumente utilizada pelos meios de comunicação é a constante associação das favelas com criminalidade, onde a periferia é representada a partir da violência. Isso ocorre através de coberturas parciais que escolhem dar visibilidade somente aos crimes ocorridos na comunidade. Nestes momentos é comum a espetacularização, deixando de lado a reflexão acerca do fato e dando lugar ao sensacionalismo. Esse tipo de abordagem gera impactos sociais, ao passo que lançam sobre os envolvidos estigmas que dificilmente serão sanados mais tarde. É notória a diferença na abordagem do jornalismo quando casos de violência envolvem pessoas pobres e quando os envolvidos são de classe média ou alta. No último caso é comum a vinculação de matérias que buscam questionar as circunstâncias que o levaram ao crime. Já no caso do pobre o que ocorre são pré-julgamentos e ridicularização pública.

Esse tipo de cobertura irresponsável se deve a vários fatores. Um dos mais importantes é a falta de conhecimento dos jornalistas, que têm uma visão homogeneizada das favelas. Para eles, não existem variedades de situações sociais, culturais e econômicas nessas comunidades. No geral, trabalham com o estereótipo do morador da favela, percebidos como negro analfabeto e miserável. Essa generalização não é a realidade. Moram nas favelas desde famílias muito pobres até outras com um padrão financeiro e cultural típicos dos setores médios.

Realizar as mudanças necessárias na cobertura exige que o jornalista decida se quer construir um mundo de cidadãos ou apenas de consumidores. Se ele opta pela segunda alternativa, o jornalismo resultante será organizado a partir de hierarquias estabelecidas entre os diferentes grupos sociais. Neste caso, uma pauta sobre um indivíduo branco, com 30 anos, com nível superior, morador de um bairro nobre, com um carro importado e funcionário de uma multinacional, valerá muito mais que a de um trabalhador manual, desempregado, negro, morador da periferia e que mal completou o ensino fundamental (RAMOS, PAIVA, 2007, p.94).

Essa representação errônea é agravada pela falta de interesse e descaso com o qual a maioria dos jornalistas trata o tema. Não há uma movimentação para mudar esse quadro. Isso se deve em parte pelo grau de incorporação desses estereótipos tão enraizados na sociedade e nos próprios jornalistas, que dificultam um novo olhar sobre



o tema. Além disso, o jornalismo contemporâneo perdeu sua função social; se, teoricamente, pretende retratar a realidade, trazer à tona a minoria socialmente excluída e erguer a bandeira dos direitos iguais para toda sociedade; na prática, ele passou a ser porta voz de grandes grupos, ficando atrelado aos interesses político-sociais de tais corporações. Dessa forma, o jornalismo passa a reproduzir conceitos distorcidos a fim de manter o alicerce da sociedade moderna: desigualdades sociais, étnicas e de gênero.

Embora os jornalistas não relatem as notícias de modo a manter o sistema político-econômico existente, as suas normas profissionais acabam por produzir 'estórias' que defendem implicitamente a ordem vigente. Além disso, as normas profissionais legitimam a ordem vigente ao fazê-lo parecer um estado de coisas que ocorre naturalmente. Os princípios do profissionalismo jornalístico têm como resultado uma cobertura noticiosa que não ameaça nem a posição econômica da organização jornalística (...) nem o sistema político-econômico global no qual a organização jornalística opera. Além disso, o profissionalismo jornalístico produz 'estórias' que permitem que as organizações jornalísticas aumentem o seu público e mantenham um controle firme sobre o mercado. Em última análise, o profissionalismo jornalístico distorce as notícias ao nível social. (SOLOSKI, 1993 apud SOUZA, 1999 apud WOLF 2009).

Outro fator que prejudica a representação dos espaços populares pela mídia, são os interesses dos próprios jornais. A escolha de pauta se baseia na linha editorial dos veículos que, geralmente, privilegia a cobertura de bairros nobres das cidades: “Não adianta brigar com a notícia, a notícia é o rico. A vida tem mais valor de acordo com as posses. A imprensa é isso.”, afirma Josmar Jozino, do paulistano Jornal da Tarde. (RAMOS, PAIVA, 2007, p.78). A repórter Maria Clara Preste, do jornal Estado de Minas, vê no público leitor a origem de um olhar preconceituoso contra as comunidades. “Quem compra o jornal a R\$2 é a elite e ela não gosta muito da favela. Quando fazemos uma matéria um pouco mais trabalhada, acham que você está passando a mão na cabeça” (Ibid, 2007, p.78).

Esses preconceitos e estereótipos lançados aos moradores da periferia são mecanismos de separação social e manutenção da sociedade tal qual a elite dominante quer. Quando se dá destaque somente às notícias de violência e crime, calando as comunidades quando os assuntos são suas necessidades e dificuldades cotidianas, dá-se um fenômeno chamado invisibilidade social.

Há circunstâncias em que o Estado constrói um cinturão sanitário em torno de grupos sociais temidos como fontes de perigo pelas



camadas superiores das cidades. O propósito é esterilizar a fonte e apagar do mapa essas comunidades: explorar sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, condená-las à invisibilidade. (SOARES; BILL; ATHAYDE, 2005 p. 93).

Essa invisibilidade ocorre através das visões distorcidas disseminadas pela mídia, e também pela acentuada indiferença com que são tratadas as notícias vindas da periferia.

Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo; tudo o que nela é singular desaparece. O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhes impomos. (SOARES; BILL; ATHAYDE, 2005, p. 175).

Desta forma, apreende-se que a mídia, e em especial o jornalismo, reserva pouco ou nenhum espaço para a representatividade da periferia, dando espaço apenas para representações coniventes com a manutenção do status quo e à ordem sócio política vigentes. O que, segundo a teoria do agendamento, colabora para que a sociedade em geral não se preocupe em pensar, discutir ou melhorar os problemas sociais. Essa exclusão midiática coloca a periferia à margem das discussões diárias, trazendo-a à tona somente em momentos estratégicos: nos debates sobre segurança pública. E mesmo nesses momentos, o que vemos é uma discussão completamente subjetiva, onde a violência nas periferias e favelas é usada como mais uma forma de estigmatizar e isolar essas comunidades.

## **ANÁLISE DO JORNAL GAZETA DO POVO**

A Gazeta do Povo é um jornal de porte médio, com abrangência estadual. Sua sede fica em Curitiba, capital do Paraná, onde é o jornal diário de maior circulação. Pode ser considerado um jornal “conservador”, por assumir posições públicas em favor de causas institucionalizadas e por manter uma linha editorial própria dos periódicos inseridos em sistemas comerciais de comunicação. O impresso é também um dos mais antigos do estado, fundado em 1919 e hoje faz parte de um dos principais grupos de comunicação do Paraná, o grupo Rede Paranaense de Comunicação, que possui, além da Gazeta do Povo, várias emissoras de televisão, afiliadas da Rede Globo, de rádio e o Jornal de Londrina, no segundo principal município do estado. No início da década de 2000, a Gazeta do Povo passou por uma das últimas etapas de uma reformulação gráfica



e editorial, a partir da qual o jornal passa a se apresentar como um prestador de serviço local em favor dos interesses da comunidade. Tanto assim que o nome dado ao projeto de reformulação geral foi “Projeto Conexão”, representando o objetivo de aproximação da comunidade (ROSSO, 2009).

Durante os meses analisados (agosto e setembro de 2010, todas as edições e cadernos), apenas seis matérias envolvendo a periferia foram veiculadas no jornal *Gazeta do Povo*. A maioria das reportagens tratava da violência oriunda dessa realidade.

Antes de passar à análise das reportagens, que por si só flagram o descaso e os estereótipos firmados pelo maior jornal diário do estado, é importante tratar sobre o espaço que é destinado à comunidade pobre nesse veículo.

Conforme já citado, a exclusão da periferia se dá por um conjunto de representações midiáticas. Além de não ter espaço na grande mídia, a periferia e seus moradores são apresentados deturpadamente, ganhando visibilidade somente quando algum crime acontece nessas localidades.

### **Preso um dos líderes de tráfico no CIC (anexo 1).**

Essa matéria já começa ignorando a identidade do personagem principal: “Um homem acusado de cinco homicídios... foi preso ontem.”. Posteriormente, é dado o nome do criminoso, então, por que não identificá-lo desde o início? Os jornais agem como se uma pessoa, ao ser acusada de um crime (mesmo quando tal acusação não é comprovada), perde o direito a ser alguém na sociedade, transformando-o em um “lixo humano”, indigno do convívio social.

A constante ligação de Érique Felipe Dias com a situação de pobreza, como se isso justificasse sua conduta criminoso, é flagrante e pode ser observada em trechos como: “No barraco onde estava...” e “... numa área rural entre Curitiba e Campo Largo...”. Também tem a tentativa subjetiva de relacionar o tráfico com o bairro Cidade Industrial, que é tido como um dos mais pobres e perigosos da capital, como se ele fosse o foco de violência e criminalidade na cidade. Isso acaba por reforçar a representação da periferia como um lugar onde impera a violência e o caos:

O discurso de carência deve ser superado, pois ele não permite reconhecer os espaços populares como espaços de cidadãos dignos, mas os qualificam como o lugar de potenciais criminosos, em especial os jovens. As favelas e as periferias são designadas como espaços à margem da sociedade; são territórios considerados



inimigos, dominados pelo conflito e alvos de intervenção bélica das polícias. (RAMOS, PAIVA, 2007, p.94)

Outro detalhe é a atenção dada às idades dos infratores. São jovens de 19 a 22 anos, que, em uma análise determinista “já estão no mundo do crime”; como se quem nasce em locais menos favorecidos fosse fadado à vida criminosa.

### **PAC só entrega 5% das casas (anexo 2)**

Nesta matéria pode-se observar dois tópicos principais. Primeiramente, a foto escolhida para ilustrar o assunto, que mostra uma personagem parada em frente à sua casa. Assim como afirmam os autores do livro “Mídia e violência”, já citados anteriormente, os jornais estereotipam os personagens fotografados de acordo com seu nível social. A personagem é exposta mal vestida, em um cenário precário: “Pode-se dizer que o fotógrafo não deve interferir na realidade. Mas se essa realidade é plural, por que enfatizar apenas o elemento da carência?” (RAMOS, PAIVA, 2007, p.94)

O outro item de análise é o tratamento que se dá à notícia: em três anos, o PAC conseguiu terminar apenas 227 dos 4,1 mil projetos de moradia em território nacional. Mas, o repórter avalia a situação da seguinte forma: apesar do número ser bem menor do que o prometido, os beneficiados devem se sentir felizes porque o Paraná foi o 5º estado com maior número de residências finalizadas. A questão da moradia é um dever governamental e a matéria trata isso como se fosse um favor, uma esmola dada às pessoas em situação carente, logo, eles não têm o direito de reivindicar rapidez ou qualidade no projeto.

### **Coronel da PM reage a roubo de carro (anexo 3)**

Essa reportagem reforça a ideia de que a periferia só é lembrada na mídia por questões de violência. O Guabirota, cenário da notícia, é um bairro carente e necessitado de atenção, que deveria ter espaço dentro da sociedade para reivindicar melhorias para seus moradores. Entretanto, nos dois meses de jornal analisado, a única vez que o bairro foi pautado foi nessa notícia de assassinato. Na própria notícia podemos identificar elementos de sensacionalismo. O repórter narra como o policial reagiu a um possível assalto, enfatizando que sua ação foi de legítima defesa, porém, em nenhum momento ele questiona como um policial, teoricamente preparado para lidar com esse tipo de situação, dispara seis tiros no suspeito: “Um dos acusados... levou seis



tiros, sendo três no abdome, dois no braço e um na cabeça”. Ao invés de imobilizar os acusados e encaminhá-los à delegacia, o policial e seu filho se lamentam: “Corremos para pegar o outro e estávamos dando uma surra nele quando o que estava baleado no quintal conseguiu fugir”, completa o texto da matéria.

#### **A favela que diz não à Cohab (anexo 4)**

A reportagem retrata o inconformismo de uma comunidade com as políticas de reassentamento adotadas pela prefeitura. Trata-se de pessoas que, não satisfeitas com a “solução” de moradia apresentada pela Cohab, se recusam a aceitar o programa. Na matéria, pode-se notar um descaso quanto a decisão das famílias. Fala-se como se elas estivessem desdenhando algo que mudaria suas vidas, sendo que, na realidade, eles não teriam nem mesmo sua fonte de renda no local – os materiais reciclados.

#### **Parceria no lixo ameniza conflito com os sem-teto (anexo 5)**

Nessa matéria, retrata-se o sem-teto como alguém desiludido da vida - aquela imagem de que pobre é infeliz. Já a foto mostra um morador no habitual cenário de pobreza, cercado de lixo, mas com esperança em mais um projeto do governo. Além disso, termos como "... conseguiu imprimir criatividade em meio a pobreza..." (como se pessoas de baixa renda fossem incapazes de serem criativas), "... instalar os pobres longe das zonas centrais", entre outros, mostram que o estereótipo está sempre presente nas páginas do jornal.

#### **Infância ameaçada por males evitáveis (anexo 6)**

Inicialmente já é possível analisar a matéria de acordo com as fotografias que a ilustram. A mãe pobre e sua filha, expostas à imundície de um mundo desigual. Na segunda, outra mãe com seus filhos em frente à casa humilde. Nessa matéria, além do tom de caridade com que as repórteres tratam as famílias, as imagens são o maior exemplo de desestruturação da dignidade dos moradores da periferia, que, para conseguirem um espaço na mídia, têm seus dramas amplamente explorados.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Levando em consideração o alto nível de influência que a mídia tem dentro da sociedade, é necessário repensar o modo como o jornalismo usufrui desse poder. Assim como os demais veículos de comunicação, o jornal Gazeta do Povo reforça estereótipos



e contribui para a manutenção das desigualdades sociais, uma vez que, além de excluir a periferia de suas páginas, quando, ocasionalmente, a notícia, faz isso de forma deturpada e preconceituosa. Esse jornal é voltado para a elite e justamente por isso devia preocupar-se em desmistificar a periferia em suas matérias, aproximando-se do resto da sociedade, pois a diferença e a distância existente entre uma e outra é construída sobre pilares de preconceito e alienação.

Aproveitando a discussão da democratização da comunicação, que está em pauta atualmente, esse seria o momento oportuno para reavaliarmos esse modelo segregador de informar. A sociedade deve ser vista como um todo, nunca de forma classificatória: “esse é rico, merece respeito” e “esse é pobre, portanto não tem direito a voz”.

## **REFERÊNCIAS:**

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ética no Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2008.

FERREIRA, João Sette. Entenda o Mecanismo de Exclusão Social Visto em “Cidade de Deus”. São Paulo, 26/08/2002. Folha Online. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u26851.shtml>. Acesso em: 22 de nov. 2010 às 01:07h.

PACHELI, Rihab. A Representação da Periferia por um Jornal Local – Em seus Formatos Tradicional e Digital. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br/publicacoes/anais-comunicacao/textos/11.pdf>. Acesso em: 25 de nov. de 2010 às 14:19h.

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA, Alfredo Eurico Vizeu. Jornalismo e Representações Sociais: Algumas Considerações. Disponível em: [www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/.../18/19](http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/.../18/19). Acesso em: 21 de nov. 2010 às 01:40h

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. Mídia e Violência. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ROSSO, Aline Louize Deliberali. A política na primeira página: um estudo sobre as capas do impresso Gazeta do Povo no período eleitoral e não-eleitoral. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1229-1.pdf>. Acesso em: 03 de abril. de 2011 às 12:46h.

SECCO, Alexandre; SQUEFF, Larissa. A Explosão da Periferia. Revista Veja. São Paulo, jan. 2001. Disponível em: [http://veja.abril.com.br/240101/p\\_086.html](http://veja.abril.com.br/240101/p_086.html). Acesso em 21 de nov. 2010 às 21:55h.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, Mv; ATHAYDE, Celso. Cabeça de Porco. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.



WOLF, Fabrício. Newsmaking e o Agendamento das notícias: A Influência Natural do JornalistaPape. Disponível em: <http://perspectivaemjornalismo.blogspot.com/search/label/Fabricio%20Wolff>. Acesso em 24/11/2010 às 15:11h.

ALVETTI, Celina. Cinema no Paraná – Elementos para uma história. (2005). Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/alvetti-celina-cinema-do-parana.pdf>. Acessado em 5 de agosto de 2010.

BERNARDET, Jean-Claude. Cinema Brasileiro: Propostas para uma história. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

GOMES, Paulo Emílio Sales. Trajetória no subdesenvolvimento. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JUNIOR, Luiz Carlos Pereira. Guia para a edição jornalística. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

PAES, Vanessa Costa Pereira & GOTTLIEB Liana. O Cinema Brasileiro e o Marketing Cultural: As leis de incentivo à cultura e os casos Norma Bengell e Guilherme Fontes (2010) Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste/2010/resumos/R19-0227-1.pdf>. Acessado em 5 de agosto de 2010.

RAMOS, Fernão; MIRANDA, Luiz Fernando. *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. 2ª edição. São Paulo, 1997, editora fnac

SANTOS, Francisco Alves dos. Dicionário de cinema do Paraná. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2005.

SANTOS, Francisco Alves dos. Cinema no Paraná – Nova geração. Boletim informativo da Casa Romário Martins. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, nº 112. jun.1996.

SANTOS, Robson Souza dos; COSTA Felipe da. Cinema Brasileiro e Identidade Nacional: análise os primeiros anos do século XXI. (2009) Disponível em:



<http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-robson-cinema2.pdf>. Acesso em 1 de setembro de 2010

VAZ, Rodrigo. *Como fazer cinema em Curitiba*. Gazeta do Povo. Curitiba. (28/02/2010).

<http://www.ctav.gov.br/2008/10/10/a-embrasilme/>. Acesso em 6 de setembro de 2010.

<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/11/relatorio-de-atividades-sav-19952002.pdf>. Acessado em 6 de setembro de 2010.